

Autodeterminação e Deficiência Intelectual: representações sociais acerca da autonomia de adolescentes

Sandra Beltrão Tavares Costa

Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales

Resumo: A autodeterminação de adolescentes com deficiência intelectual demanda reflexão que ultrapassa a noção restrita de independência funcional, pois envolve escolhas, tomada de decisão, resolução de problemas, autoconhecimento e oportunidades concretas de participação social. Partindo da tese “Representações sociais dos genitores acerca da autodeterminação de seus filhos adolescentes com deficiência intelectual moderada”, este artigo analisa como pais e mães representam a autonomia de adolescentes com deficiência intelectual moderada e de que modo tais representações tensionam práticas familiares de proteção, estímulo e controle. O problema fomentador consiste em compreender quais imagens, significados e ancoragens sustentam as atitudes parentais diante da autodeterminação, sobretudo quando o reconhecimento discursivo da autonomia convive com o receio de exposição dos filhos a riscos cotidianos. O objetivo geral é discutir as representações sociais de genitores acerca da autodeterminação de adolescentes com deficiência intelectual moderada, articulando a Teoria das Representações Sociais e os estudos sobre autodeterminação. Metodologicamente, trata-se de estudo transversal, não probabilístico, qualiquantitativo, com amostra por conveniência composta por 30 casais, totalizando 60 genitores. Os dados foram produzidos por questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada baseada na Escala ARC, analisados por IRAMUTEQ e pelo teste U de Mann-Whitney. Os resultados indicam que pais e mães associam autodeterminação à capacidade de resolver problemas, agir, desenvolver-se e conquistar independência, embora a deficiência intelectual seja frequentemente objetivada como limitação que dificulta a autonomia. Conclui-se que práticas familiares mediadas por apoio, informação e escuta podem deslocar representações centradas na incapacidade para representações orientadas por direitos, desenvolvimento e participação. em contextos familiares e escolares.

Palavras-chave: Autodeterminação. Deficiência intelectual. Representações sociais.



Recebido em: dezembro. 2025. Aceito em: março. 2026

DOI: 10.56069/2676-0428.2026.798

Epistemes em Debate: Perspectivas Interdisciplinares

Abril, 2026, v. 3, n. 37

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



Autodeterminación y discapacidad intelectual: representaciones sociales sobre la autonomía de los adolescentes

Abstract: The self-determination of adolescents with intellectual disabilities demands reflection that goes beyond the restricted notion of functional independence, as it involves choices, decision-making, problem solving, self-knowledge and concrete opportunities for social participation. Based on the thesis Social representations of parents about the self-determination of their adolescent children with moderate intellectual disability, this article analyzes how fathers and mothers represent the autonomy of adolescents with moderate intellectual disability and how such representations tension family practices of protection, stimulation and control. The fostering problem consists of understanding which images, meanings and anchorages sustain parental attitudes in the face of self-determination, especially when the discursive recognition of autonomy coexists with the fear of exposing children to everyday risks. The general objective is to discuss the social representations of parents about the self-determination of adolescents with moderate intellectual disabilities, articulating the Theory of Social Representations and studies on self-determination. Methodologically, this is a cross-sectional, non-probabilistic, qualitative-quantitative study, with a convenience sample composed of 30 couples, totaling 60 parents. Data were produced by a sociodemographic questionnaire and semi-structured interviews based on the ARC Scale, analyzed by IRAMUTEQ and the Mann-Whitney U test. The results indicate that fathers and mothers associate self-determination with the ability to solve problems, act, develop and gain independence, although intellectual disability is often objectified as a limitation that hinders autonomy. It is concluded that family practices mediated by support, information and listening can shift representations centered on disability to representations oriented by rights, development and participation. in family and school contexts.

Keywords: Self-determination. Intellectual disability. Social representations.

Self-determination and Intellectual Disability: social representations about the autonomy of adolescents

Resumen: La autodeterminación de los adolescentes con discapacidad intelectual exige una reflexión que vaya más allá de la noción restringida de independencia funcional, ya que implica elecciones, toma de decisiones, resolución de problemas, autoconocimiento y oportunidades concretas de participación social. Basándose en la tesis Representación social de los padres sobre la autodeterminación de sus hijos adolescentes con discapacidad intelectual moderada, este artículo analiza cómo padres y madres representan la autonomía de adolescentes con discapacidad intelectual moderada y cómo tales representaciones tensionan las prácticas familiares de protección, estimulación y control. El problema de la acogida consiste en comprender qué imágenes, significados y anclaje sostienen las actitudes parentales ante la autodeterminación, especialmente cuando el reconocimiento discursivo de la autonomía coexiste con el miedo a exponer a los niños a riesgos cotidianos. El objetivo general es debatir las representaciones sociales de los padres sobre la autodeterminación de adolescentes con discapacidades intelectuales moderadas, articulando la Teoría de las Representaciones Sociales y estudios sobre autodeterminación. Metodológicamente, se trata de un estudio transversal, no probabilístico y cuantitativo-cualitativo, con una muestra de conveniencia compuesta por 30 parejas, sumando un total de 60 padres. Los datos se produjeron mediante un cuestionario sociodemográfico y entrevistas semiestructuradas basadas en la Escala ARC, analizadas por IRAMUTEQ y la prueba Mann-Whitney U. Los resultados indican que padres y madres asocian la autodeterminación con la capacidad de resolver problemas, actuar, desarrollar y obtener independencia, aunque la discapacidad intelectual a menudo se objetiva como una limitación que dificulta la autonomía. Se concluye que las prácticas familiares mediadas por el apoyo, la información y la escucha pueden desplazar representaciones centradas en la discapacidad hacia representaciones orientadas por derechos, desarrollo y participación. en contextos familiares y escolares.

Palabras clave: Autodeterminación. Discapacidad intelectual. Representaciones sociales.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre autodeterminação e deficiência intelectual ganha relevância quando a autonomia deixa de ser compreendida como atributo individual isolado e passa a ser examinada como construção relacional, situada e mediada por oportunidades de participação. No caso de adolescentes com deficiência intelectual moderada, a família atua como espaço inicial de socialização, proteção e aprendizagem; entretanto, também pode reproduzir expectativas limitadoras quando interpreta a deficiência pelo prisma da incapacidade. Na tese que fundamenta este artigo, a autodeterminação aparece vinculada à independência, à capacidade de escolha e à progressiva consciência de si, mas também atravessada por inseguranças familiares diante dos riscos do cotidiano.

No campo das representações sociais, Moscovici (2012) permite compreender que os grupos constroem explicações compartilhadas para tornar familiar aquilo que inicialmente provoca estranhamento, medo ou tensão. Jodelet (2001), ao tratar as representações como forma de conhecimento socialmente elaborada e orientada para a vida prática, contribui para interpretar como pais e mães organizam sentidos sobre a deficiência intelectual, a adolescência e a autonomia. Assim, a família não apenas descreve a deficiência, mas produz esquemas de interpretação que orientam permissões, limites, expectativas e práticas de cuidado.

No campo da autodeterminação, Wehmeyer (1996; 1999) situa o construto como resultado educacional e psicossocial relacionado à autonomia, autorregulação, crenças de controle, eficácia e autoconsciência. A adolescência, nesse enquadramento, representa etapa em que escolhas progressivas, pequenas decisões e experiências acompanhadas podem favorecer o desenvolvimento de comportamentos autodeterminados. Bissoto (2014), ao discutir deficiência intelectual e tomada de decisão, reforça que educar para a autonomia exige enfrentar o desafio de reconhecer capacidades, oferecer mediações e evitar que o diagnóstico substitua a pessoa em sua singularidade.

O problema que orienta este artigo pode ser formulado nos seguintes termos: quais representações sociais os genitores constroem acerca da

autodeterminação de seus filhos adolescentes com deficiência intelectual moderada e de que modo tais representações favorecem ou restringem práticas familiares voltadas à autonomia? A questão se justifica porque a tese evidencia uma tensão recorrente: pais e mães reconhecem a importância da independência, mas também expressam medo, superproteção e baixa expectativa quanto à possibilidade de os filhos resolverem problemas, escolherem e ampliarem sua participação social.

O objetivo geral deste artigo é discutir as representações sociais de pais e mães acerca da autodeterminação de adolescentes com deficiência intelectual moderada, destacando as ancoragens, objetivações e implicações familiares presentes nos resultados da pesquisa. Como objetivos específicos, busca-se: sistematizar os fundamentos teóricos que articulam representações sociais, autodeterminação e deficiência intelectual; apresentar os principais achados qualiquantitativos da tese; e discutir como esses achados podem orientar práticas familiares, educacionais e psicossociais comprometidas com a construção progressiva da autonomia.

O artigo organiza-se em quatro seções, além desta introdução. A primeira apresenta a metodologia, com ênfase no desenho do estudo, na amostra, nos instrumentos e nos procedimentos de análise. A segunda sintetiza a fundamentação teórica, mobilizando dez referências presentes na tese. A terceira apresenta e discute os resultados, com apoio em quadro e gráfico derivados dos dados originais. Por fim, as considerações finais retomam as contribuições do estudo, seus limites e seus desdobramentos para famílias, instituições e pesquisas futuras.

METODOLOGIA

A pesquisa que subsidia este artigo adotou desenho transversal, não probabilístico, com amostra por conveniência e abordagem quali-quantitativa. Conforme Bussab e Morettin (2002), a análise estatística exige adequação entre tipo de dado, tamanho amostral, distribuição das variáveis e técnica selecionada; por esse motivo, a tese optou por análises não paramétricas quando os dados não atenderam aos pressupostos de normalidade. A dimensão qualitativa, por

sua vez, aproxima-se da compreensão de Minayo (2003), para quem os fenômenos sociais requerem interpretação situada, sensível aos sentidos produzidos nas relações cotidianas e nos sistemas simbólicos dos grupos.

A amostra foi composta por 30 casais, totalizando 60 genitores, todos em relação conjugal e com filhos adolescentes diagnosticados com deficiência intelectual moderada por avaliação psicológica. A coleta ocorreu no Centro de Potencialização da Aprendizagem, em Petrolina, Pernambuco. Como critérios de inclusão, consideraram-se a condição de pai e mãe de adolescente com deficiência intelectual moderada, a relação conjugal entre os genitores e a idade dos filhos no recorte da adolescência. A pesquisa respeitou os procedimentos éticos, com aprovação por Comitê de Ética, assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantia de anonimato e participação voluntária.

Foram utilizados questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada. O questionário reuniu dados pessoais, escolaridade e coabitação do casal. A entrevista tomou como base a Escala de Autodeterminação ARC, originalmente elaborada por Michael Wehmeyer, considerando dimensões como autonomia, autorregulação, crenças de controle, eficácia e autoconsciência. Embora a escala tenha sido concebida como autoinforme para pessoas com deficiência intelectual, a tese adaptou seus eixos para investigar as percepções de pais e mães sobre as possibilidades de seus filhos desenvolverem escolhas, metas, resolução de problemas, liderança, autogestão e opinião própria.

As entrevistas foram realizadas individualmente, de modo separado entre pais e mães, para reduzir influência conjugal nas respostas. As falas foram gravadas, transcritas e organizadas em corpus textual. No Estudo I, empregou-se análise lexical pelo IRAMUTEQ, com classificação hierárquica descendente, análise de similitude e nuvem de palavras. No Estudo II, recorreu-se ao teste U de Mann-Whitney, executado no SPSS, para verificar diferenças entre pais e mães nas variáveis relacionadas à autodeterminação. O uso combinado desses procedimentos permitiu articular frequência lexical, estrutura semântica das falas e comparação inferencial entre os grupos parentais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, AUTODETERMINAÇÃO E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A Teoria das Representações Sociais oferece base consistente para analisar como famílias interpretam a deficiência intelectual e a autonomia. Moscovici (2012) compreende as representações como sistemas de interpretação que transformam saberes em linguagem cotidiana, organizando condutas e comunicações. Jodelet (2001) amplia esse horizonte ao definir as representações como conhecimento socialmente elaborado, compartilhado e orientado para a prática. Nesse sentido, pais e mães não apenas opinam sobre a autonomia; eles produzem sentidos que tornam possíveis ou improváveis determinadas experiências de independência.

A contribuição de Abric (1994) também se mostra relevante, pois a representação social possui organização interna, composta por elementos mais estáveis e elementos periféricos ajustáveis às situações. No caso da deficiência intelectual, o núcleo representacional pode permanecer marcado pela incapacidade, enquanto a periferia admite discursos de incentivo à autonomia. Essa tensão ajuda a explicar por que os genitores afirmam considerar a autodeterminação importante, mas oferecem poucas situações concretas para exercitá-la.

No campo motivacional, Deci e Ryan (1985; 2002) situam a autodeterminação na relação entre autonomia, competência e vínculo. A autonomia não corresponde à ausência de apoio, mas à possibilidade de agir com sentido, escolha e participação. Wehmeyer (1996; 1999), ao discutir pessoas com deficiência, desloca o debate para comportamentos autodeterminados, definidos por escolhas, autorregulação, resolução de problemas, estabelecimento de metas, autoconsciência e crenças de eficácia. Assim, adolescentes com deficiência intelectual moderada não devem ser avaliados apenas pelo grau de limitação, mas pelas oportunidades de aprender a decidir com mediação adequada.

Bissoto (2014) reforça esse deslocamento ao problematizar a tomada de decisão de pessoas com deficiência intelectual. A autonomia exige educação, experiência e reconhecimento social; quando a família interpreta o diagnóstico

como impedimento global, a aprendizagem da decisão fica bloqueada. Fiamenghi e Messa (2007) mostram que as relações familiares diante da deficiência envolvem reorganização de expectativas, afetos e responsabilidades, o que pode favorecer cuidado protetivo, mas também excesso de tutela.

Arellano e Peralta (2013) demonstram que qualidade de vida e autodeterminação dependem das representações familiares, sobretudo quando os pais oscilam entre apoio e paradigma protecionista. Peralta, Zulueta e González-Torres (2002), ao apresentarem a escala ARC, oferecem instrumento útil para identificar pontos fortes e fragilidades no desenvolvimento da autodeterminação. Shogren et al. (2015), por sua vez, relacionam autodeterminação a resultados pós-escolares, indicando que escolhas, metas e participação durante a adolescência repercutem na transição para a vida adulta. Em conjunto, esses autores sustentam que autonomia não nasce espontaneamente, mas se constrói quando família, escola e serviços oferecem oportunidades graduais, seguras e significativas de escolha, responsabilidade e participação social.

Dessa forma, as dez referências selecionadas sustentam uma tese central: a autodeterminação deve ser tratada como processo psicossocial, familiar e educacional. Moscovici, Jodelet e Abric explicam como os sentidos compartilhados orientam práticas; Deci, Ryan, Wehmeyer e Shogren explicitam os componentes motivacionais e funcionais da escolha; Bissoto, Arellano, Peralta, Zulueta, González-Torres, Fiamenghi e Messa tensionam o lugar da família, do apoio e da decisão. O encontro entre esses eixos permite interpretar os dados não como simples opinião parental, mas como rede simbólica que pode ampliar ou restringir o exercício da autonomia.

A contribuição de Fiamenghi e Messa (2007) torna-se decisiva porque as práticas parentais não se produzem no vazio: elas se organizam em meio a luto simbólico, reorganização conjugal, divisão desigual do cuidado e receio quanto ao futuro. Por isso, a crítica à superproteção precisa vir acompanhada de compreensão das condições objetivas e afetivas das famílias. A autonomia não se constrói contra os pais, mas com eles, desde que sejam apoiados por instituições escolares, serviços especializados e políticas públicas capazes de transformar medo em mediação.

A articulação entre esses referenciais permite compreender que a autonomia de adolescentes com deficiência intelectual moderada não se reduz à aprendizagem de tarefas domésticas. Ela envolve o direito de participar de decisões proporcionais à idade, de experimentar consequências, de construir preferências e de receber apoios ajustados. Quando o ambiente familiar concentra todas as decisões nos adultos, o adolescente aprende dependência; quando o ambiente oferece escolhas graduais e acompanhadas, aprende a reconhecer possibilidades, limites e responsabilidades.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O Estudo I examinou o corpus das entrevistas por meio de análise lexical. Foram localizadas 60 respostas de pais e mães, processadas pelo IRAMUTEQ. O corpus apresentou 60 segmentos de texto, 100 formas distintas e 698 ocorrências, com retenção de 53,33% dos segmentos analisados. A classificação hierárquica descendente organizou duas classes: a primeira, denominada “dificuldades na consolidação das capacidades”, reuniu vocábulos como capacidade e resolver; a segunda, denominada “capacidade de enfrentamento”, relacionou-se ao léxico desenvolver. A organização lexical já indica que a autodeterminação foi significada pelos genitores como capacidade prática, vinculada à resolução de problemas e ao desenvolvimento de habilidades.

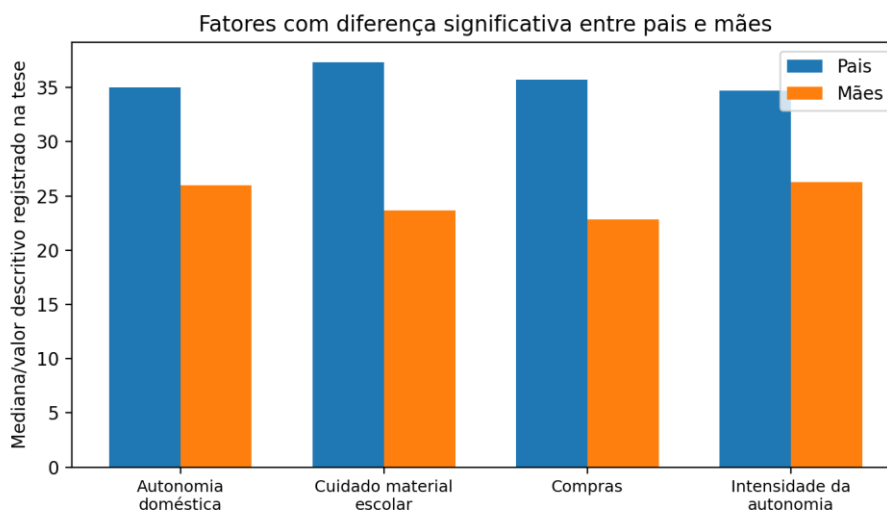
A análise de similitude reforçou esse achado, pois os termos capacidade e resolver ocuparam posição central, acompanhados por mudar, precisar, achar, desenvolver, exercitar, responsabilidade, dar e estimular. Em termos interpretativos, os pais e mães aproximaram autodeterminação de autoeficácia, independência e capacidade de resolver problemas cotidianos. Ao mesmo tempo, surgiram termos associados a controle, orientação e norma, sugerindo que a autonomia representada pelos genitores permanece atravessada pela necessidade de supervisão adulta. A nuvem de palavras corroborou esse movimento ao destacar a relação entre autoeficácia, capacidade, resolver e independência.

Esses resultados dialogam diretamente com Moscovici (2012) e Jodelet (2001), pois a autodeterminação aparece convertida em objeto familiar por processos de ancoragem e objetivação. A ancoragem ocorreu quando os genitores vincularam autodeterminação à independência e à capacidade de agir. A objetivação, por sua vez, materializou o conceito em tarefas concretas: arrumar materiais, escolher roupas, fazer compras, resolver problemas, expressar sentimentos e desenvolver opinião própria. Contudo, essa objetivação também reduziu a autodeterminação à execução de tarefas, deixando em segundo plano sua dimensão ética, relacional e subjetiva.

O Estudo II comparou pais e mães nas variáveis relacionadas aos componentes da autodeterminação por meio do teste U de Mann-Whitney. A análise indicou diferenças significativas em quatro fatores: autonomia doméstica, cuidado com material escolar, compras e intensidade da autonomia. Em todos esses fatores, os pais apresentaram valores superiores aos das mães, sugerindo maior indicação discursiva de estímulo ou preocupação com independência em práticas cotidianas. Os demais fatores, como convívio com amigos, hobby, autonomia geral, expressão de sentimentos, compreensão dos limites intelectuais, lidar com limitações, experiências novas e opinião própria, não apresentaram diferença estatisticamente significativa.

O gráfico a seguir sintetiza os fatores com diferença significativa entre pais e mães, conforme os valores descritivos registrados na tese.

Gráfico 1. Fatores com diferença significativa entre pais e mães no teste U de Mann-Whitney



Fonte: Elaborado a partir dos dados da tese (Costa, 2021).

DISCUSSÃO INTEGRADA DOS ACHADOS

A diferença entre pais e mães deve ser lida com cautela. Observa-se que as mães, embora mais frequentemente responsáveis pelo cuidado diário, apresentaram indicativos menores nos fatores em que houve diferença significativa. Esse dado não autoriza concluir ausência de preocupação materna; antes, sugere que a experiência cotidiana de cuidado pode intensificar receios, antecipação de riscos e práticas de proteção. Fiamenghi e Messa (2007) ajudam a interpretar esse ponto ao mostrarem que a deficiência reorganiza relações familiares e distribuições de responsabilidade. Quando a mãe assume o cuidado contínuo, tende a lidar mais diretamente com frustrações, limites e perigos, o que pode reduzir oportunidades de experimentação autônoma.

A discussão também se aproxima de Bissoto (2014), pois a tomada de decisão só se consolida quando há prática social de decisão. Se adolescentes com deficiência intelectual moderada são protegidos de toda escolha que envolva erro, dinheiro, deslocamento, conflito ou frustração, a família, ainda que movida por cuidado, limita a aprendizagem da autonomia. Wehmeyer (1996; 1999) contribui ao indicar que autodeterminação envolve comportamento aprendido, com componentes progressivos; portanto, não se espera independência súbita, mas construção gradual de escolhas acompanhadas.

O contraste entre reconhecimento e prática representa um dos achados mais relevantes. Pais e mães afirmam que a autonomia doméstica, a aquisição de habilidades, a tomada de decisão, a resolução de problemas, o estabelecimento de metas, a liderança, a autogestão, o autoconhecimento e a autoconsciência são importantes. Entretanto, relatam oferecer poucas situações para que essas capacidades sejam exercitadas. Abric (1994) permite compreender esse movimento como coexistência entre elementos representacionais contraditórios: na superfície, aparece o discurso da autonomia; em camadas mais estáveis, persiste a representação da deficiência como incapacidade.

No eixo “autonomia doméstica e aquisição de habilidades”, os relatos indicam que os genitores consideram importante que os filhos cuidem de materiais, brinquedos e tarefas domésticas, mas julgam difícil sustentar esse

estímulo. A superproteção emerge como categoria interpretativa, sobretudo quando os pais atribuem às mães maior tendência de proteção. A leitura não deve culpabilizar a maternidade; deve, ao contrário, evidenciar a necessidade de suporte familiar, orientação técnica e corresponsabilização paterna. Arellano e Peralta (2013) defendem que famílias precisam abandonar gradativamente o paradigma protecionista para apoiar a autodeterminação conforme necessidades e qualidades de cada pessoa.

No eixo “tomada de decisões e escolhas”, a tese mostra que a escolha de roupas, pequenas preferências e decisões rotineiras ainda aparece como campo limitado. Deci e Ryan (1985; 2002) ajudam a compreender que autonomia não implica abandono do adolescente à própria sorte, mas criação de ambiente em que escolhas tenham sentido e sejam acompanhadas por vínculo. Assim, permitir que o adolescente escolha roupas, organize pertences ou opine sobre atividades pode representar exercício inicial de competência e pertencimento, não simples concessão doméstica.

No eixo “resolução de problemas e expectativas de resultados”, os genitores valorizam a capacidade de resolver problemas, mas hesitam diante de situações que envolvam dinheiro, deslocamento ou interação social. Peralta, Zulueta e González-Torres (2002), ao tratarem da avaliação da autodeterminação pela escala ARC, mostram que a identificação de pontos fortes e fracos permite planejar intervenções. Desse modo, em vez de negar experiências como pequenas compras, pagamento acompanhado ou organização de materiais, a família pode graduar tarefas, antecipar riscos e avaliar progressos.

No eixo “estabelecimento de metas e atribuições positivas de eficácia”, a possibilidade de vida adulta independente provoca maior insegurança. A tese registra falas que indicam dificuldade de imaginar moradia autônoma, vida adulta e independência ampla. Shogren et al. (2015) mostram que autodeterminação se relaciona a resultados pós-escolares, o que torna esse achado particularmente sensível: quando a família não consegue projetar metas de futuro, o adolescente pode permanecer simbolicamente infantilizado, mesmo na adolescência. A recorrência do termo “criança”, apontada nas considerações finais da tese, evidencia essa permanência representacional.

No eixo “liderança e autogestão”, a dificuldade parece ainda maior, pois liderança exige que o adolescente seja visto como sujeito capaz de iniciar ações, comunicar preferências e negociar decisões. Jodelet (2001) permite afirmar que a representação social orienta condutas; logo, se o adolescente é representado como eternamente dependente, sua capacidade de autogestão tende a ser pouco convocada. Ao contrário, quando a família o reconhece como sujeito em desenvolvimento, pequenas experiências de liderança podem ser organizadas, como escolher uma atividade em família, distribuir tarefas simples ou expressar preferências em atendimentos.

No eixo “autoconhecimento e autoconsciência”, pais e mães reconhecem a importância de opinião própria, expressão de sentimentos e compreensão dos limites, mas relatam frequência reduzida de estímulo. Esse achado amplia a discussão para além da independência instrumental. A autodeterminação envolve também saber nomear desejos, reconhecer dificuldades, pedir ajuda e avaliar consequências. Moscovici (2012) e Abric (1994) ajudam a perceber que, enquanto a representação da deficiência permanecer centrada na falta, o adolescente terá menos chances de elaborar uma imagem de si baseada em potência, desejo e participação.

A tabela a seguir organiza os principais achados, articulando evidência empírica e interpretação teórica.

Quadro 1. Síntese analítica dos resultados da pesquisa

Eixo analisado	Evidência empírica	Interpretação teórica
Análise lexical	Capacidade, resolver e desenvolver constituem léxicos centrais.	A autodeterminação é ancorada na independência e objetivada como execução de tarefas.
Diferenças entre pais e mães	Pais apresentam valores superiores em autonomia doméstica, cuidado material,	A proteção cotidiana materna pode reduzir oportunidades práticas, sem significar ausência de preocupação.

	compras e intensidade da autonomia.	
Reconhecimento da autonomia	Genitores afirmam que os componentes da autodeterminação são importantes.	A representação periférica valoriza a autonomia, mas o núcleo centrado na incapacidade restringe experiências.
Práticas familiares	Pais e mães relatam poucas situações concretas de escolha, decisão e resolução de problemas.	A autodeterminação requer mediação, repetição e oportunidades graduais de participação.
Projeção de futuro	A vida adulta autônoma aparece como possibilidade difícil, marcada por medo e dependência.	A infantilização simbólica compromete metas, transição e participação social.

Fonte: Elaborado a partir dos resultados da tese (Costa, 2021).

IMPLICAÇÕES PARA FAMÍLIAS, ESCOLAS E SERVIÇOS DE APOIO

A leitura integrada dos dados permite defender que o obstáculo principal não está apenas nas limitações cognitivas, embora elas existam e devam ser consideradas. O obstáculo também reside nas representações que naturalizam a dependência e fazem da deficiência uma explicação total para a vida do adolescente. Quando a família passa a compreender a deficiência intelectual como condição que demanda apoios, e não como impedimento absoluto, abre-se espaço para práticas de autonomia compatíveis com o ritmo, as necessidades e os interesses do sujeito. Essa mudança representacional constitui condição para que a autodeterminação deixe de ser ideal distante e se torne experiência cotidiana.

Outra implicação relevante envolve o futuro. A tese revela que a vida adulta independente aparece como horizonte difícil, muitas vezes associado a medo, dependência materna e ausência de suporte social. Para enfrentar esse ponto, as famílias precisam ser convidadas a planejar transições desde cedo, considerando moradia, trabalho, circulação social, vínculos comunitários, autocuidado, sexualidade, lazer e participação cidadã. A autodeterminação, portanto, não deve ser discutida apenas quando o adolescente se aproxima da maioridade; precisa compor o cotidiano desde a infância e ganhar densidade na adolescência, etapa em que a identidade e a participação social se reorganizam.

Nos serviços especializados, os resultados apontam para a importância de intervenções centradas também nos genitores, e não apenas no adolescente. Grupos de orientação, oficinas de autonomia doméstica, planejamento de metas e acompanhamento das práticas familiares podem ajudar pais e mães a reconhecer avanços graduais. A análise lexical mostrou que os termos capacidade, resolver e desenvolver ocupam lugar central; por isso, programas de apoio devem partir justamente dessas palavras geradoras, transformando-as em objetivos observáveis. Resolver um problema pode começar por pedir ajuda de modo adequado; desenvolver autonomia pode começar por escolher entre duas alternativas; exercer independência pode começar por assumir uma tarefa previsível.

No contexto escolar, os achados indicam a necessidade de práticas pedagógicas que incluam tomada de decisão apoiada. A escola pode estimular escolhas reais em atividades, organização de materiais, participação em grupos, comunicação de sentimentos, definição de metas e avaliação formativa do próprio progresso. Quando professores, coordenação pedagógica e Atendimento Educacional Especializado dialogam com a família, torna-se possível construir continuidade entre a autonomia exercitada na escola e a autonomia vivenciada em casa. Sem essa articulação, a família pode continuar percebendo a independência como risco, enquanto a escola a entende apenas como objetivo abstrato.

No contexto doméstico, a autonomia pode ser construída em sequências simples e progressivas: organizar material escolar, separar roupas, participar da escolha de alimentos, cuidar de objetos pessoais, expressar preferências e

resolver pequenos impasses. Essas situações não devem ser tratadas como concessões eventuais, mas como componentes de um plano familiar de desenvolvimento. A cada experiência, pais e mães podem observar o que o adolescente já realiza sozinho, o que realiza com pistas verbais, o que realiza com apoio físico ou visual e o que ainda exige aprendizagem específica. Essa gradação evita tanto a superproteção quanto a exigência desproporcional.

Os resultados da tese sugerem que a promoção da autodeterminação não depende apenas da mudança de discurso dos genitores. É necessário converter reconhecimento em prática cotidiana, por meio de estratégias planejadas, avaliadas e compartilhadas entre família, escola e serviços de apoio. A primeira implicação consiste em diferenciar proteção de impedimento. Proteger significa oferecer condições de segurança para que o adolescente experimente escolhas; impedir significa antecipar toda dificuldade e retirar dele a possibilidade de aprender com mediação. Essa distinção precisa orientar programas de orientação familiar.

Quadro 2. Recomendações derivadas dos resultados para promoção da autodeterminação

Dimensão	Risco identificado	Encaminhamento recomendado
Autonomia doméstica	Cuidado substitutivo e baixa responsabilização cotidiana.	Criar rotinas graduais de autocuidado, organização e participação em tarefas familiares.
Tomada de decisão	Escolhas feitas pelos adultos em nome do adolescente.	Oferecer alternativas reais, registrar preferências e ampliar decisões conforme o progresso.
Resolução de problemas	Evitação de situações com dinheiro, circulação e interação social.	Planejar experiências acompanhadas, com antecipação de riscos e avaliação posterior.
Metas de futuro	Dificuldade de imaginar vida adulta e participação social ampliada.	Construir plano de transição com escola, família e serviços especializados.

Autoconsciência	Pouco estímulo à expressão de sentimentos e opinião própria.	Criar espaços de escuta, comunicação apoiada e avaliação de limites e potencialidades.
-----------------	--	--

Fonte: Elaborado a partir da discussão dos resultados da tese (Costa, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo discutiu as representações sociais de genitores acerca da autodeterminação de adolescentes com deficiência intelectual moderada, tomando como base a tese de Sandra Beltrão Tavares Costa. Os resultados apontam que pais e mães reconhecem a autonomia como necessária e a associam à independência, à capacidade de resolver problemas e ao desenvolvimento de habilidades. Entretanto, a mesma representação que valoriza a autonomia também a restringe quando a deficiência intelectual é objetivada como incapacidade ou risco permanente.

A principal contribuição do estudo consiste em evidenciar que a autodeterminação não pode ser tratada apenas como competência individual do adolescente. Ela depende de redes de apoio, expectativas familiares, práticas cotidianas e oportunidades graduais de escolha. Quando os genitores oferecem poucas situações de decisão, mesmo reconhecendo sua importância, criam-se barreiras simbólicas e práticas à autonomia. Por outro lado, quando a família recebe apoio e informação, pode deslocar a representação da deficiência de uma lógica de impossibilidade para uma lógica de mediação, aprendizagem e direito.

Como limite, ressalta-se que a pesquisa foi realizada com amostra não probabilística e por conveniência, composta por 30 casais vinculados a uma instituição específica, o que impede generalizações estatísticas amplas. Além disso, a investigação trabalhou com percepções parentais, não com observação direta das práticas familiares nem com a voz dos próprios adolescentes. Para estudos futuros, recomenda-se incluir adolescentes com deficiência intelectual, irmãos, profissionais da escola e serviços de apoio, de modo a ampliar a compreensão ecológica da autodeterminação.

Do ponto de vista prático, os achados indicam a necessidade de programas de orientação familiar centrados em autonomia progressiva, tomada

de decisão apoiada, manejo de riscos, construção de metas e corresponsabilização parental. A família não deve ser responsabilizada de maneira isolada; precisa ser acompanhada para reconhecer capacidades, elaborar medos e criar experiências seguras de participação. A autodeterminação, nesse sentido, configura-se como direito construído nas relações, nas práticas de cuidado e nas oportunidades concretas de viver a adolescência como etapa de desenvolvimento, e não como prolongamento indefinido da infância.

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean-Claude. Les représentations sociales: aspects théoriques. In: ABRIC, Jean-Claude (coord.). **Pratiques sociales et représentations**. Paris: PUF, 1994. p. 113-164.

ARELLANO, P.; PERALTA, F. Calidad de vida y autodeterminación en personas con discapacidad: valores de los padres. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 63, p. 145-160, 2013. DOI: <https://doi.org/10.35362/rie630561>.

BISSOTO, M. L. Deficiência intelectual e processos de tomada de decisão: estamos enfrentando o desafio de educar para a autonomia? **Educação Unisinos**, v. 18, n. 1, p. 3-12, 2014. DOI: <https://doi.org/10.4013/edu.2014.181.1917>.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. São Paulo: Saraiva, 2002.

DECI, E. L.; RYAN, R. M. **Intrinsic motivation and self-determination in human behavior**. New York: Plenum, 1985.

DECI, E. L.; RYAN, R. M. **The handbook of self-determination research**. Rochester: University of Rochester Press, 2002.

FIAMENGHI, G. A.; MESSA, A. A. Pais, filhos e deficiência: estudos sobre as relações familiares. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 2, p. 236-245, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000200006>.

JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

MINAYO, M. C. de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012a.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigação em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2012b.

PERALTA, F.; ZULUETA, A.; GONZÁLEZ-TORRES, C. **La escala de autodeterminación de ARC**: presentación de un estudio piloto. *Siglo Cero*, v. 33, n. 3, p. 5-14, 2002.

SHOGREN, K. A.; WEHMEYER, M. L.; PALMER, S. B.; RIFENBARK, G. G.; LITTLE, T. D. Relationships between self-determination and postschool outcomes for youth with disabilities. **The Journal of Special Education**, v. 48, n. 4, p. 256-276, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1177/0022466913489733>.

WEHMEYER, M. L. Self-determination as an educational outcome: why is it important to children, youth and adults with disabilities? In: SANDS, D. J.; WEHMEYER, M. L. (ed.). **Self-determination across the life span: independence and choice for people with disabilities**. Baltimore: Paul H. Brookes, 1996. p. 15-34.

WEHMEYER, M. L. A functional model of self-determination: describing development and implementing instruction. *Focus on Autism and Other Developmental Disabilities*, v. 14, n. 1, p. 53-62, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1177/108835769901400107>.